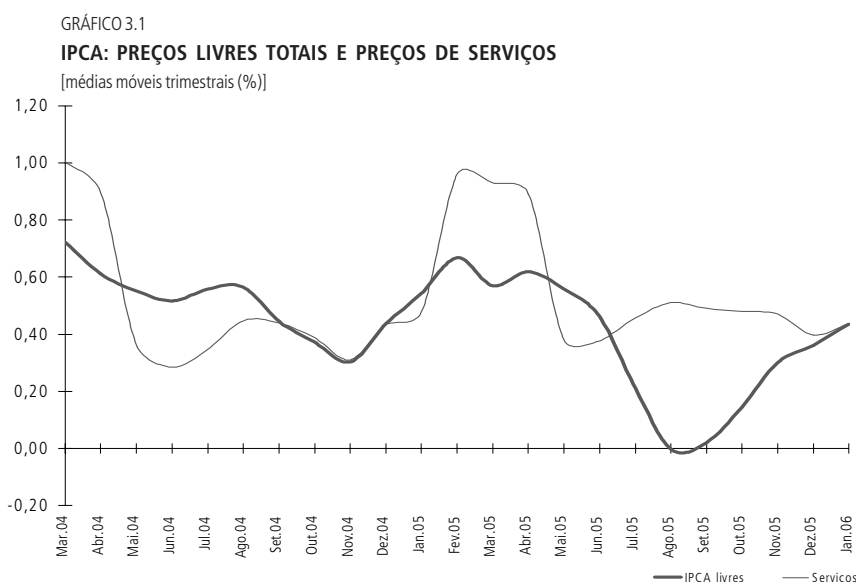


3 INFLAÇÃO

Após fechar 2005 com uma variação acumulada de 5,7%, mantendo a trajetória contínua de queda da inflação desde 2003, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou alta de 0,59% em janeiro, refletindo os reajustes ocorridos nos combustíveis, em especial o álcool, e nos preços dos serviços. Se, por um lado, a pressão exercida pelo álcool é encarada como pontual e resultante de descolamentos momentâneos entre oferta e demanda, o comportamento dos serviços merece uma análise mais cautelosa dada a resistência à baixa que vêm apresentando ao longo dos últimos anos (Gráfico 3.1).¹ Apesar desse resultado um pouco acima do esperado em janeiro, o cenário inflacionário delineado para 2006 continua favorável e convergente à meta. A manutenção desse ambiente de expectativas positivas se consolida à medida que fatores como valorização cambial e queda de preços de produtos agrícolas vão se revelando, neste início de ano, mais intensos do que se imaginava anteriormente. Outro ponto de arrefecimento é decorrente do comportamento esperado dos preços administrados, cuja taxa de variação em 2006 deve cair à metade do resultado do ano passado.

Em fevereiro, os preços administrados, medidos pelo IPCA-15, registraram alta de 0,51% (Tabela 3.1), resultante do comportamento de três itens: ônibus urbanos, gasolina e plano de saúde. Os reajuste das tarifas de ônibus urbano no Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte, contribuíram sozinhos com 0,31 pontos percentuais (p.p.) na variação total desse subgrupo. A gasolina, influenciada pela forte alta do álcool, utilizado em sua



1. Para mais detalhes ver a Nota Técnica *Um caso de inércia inflacionária: o que está acontecendo com os preços dos bens e serviços não-comercializáveis?*

TABELA 3.1
ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO
[média mensal (%)]

	Nov./2005	Dez./2005	Jan./2006		Fev./2006
	IPCA	IPCA	IPCA-15	IPCA	IPCA-15
IPCA cheio	0,55	0,36	0,51	0,59	0,52
Administrados	0,85	0,53	0,37	0,58	0,51
Livres	0,42	0,29	0,58	0,60	0,52
Comerciável	0,17	0,23	0,41	0,32	0,08
Não-comerciável	0,73	0,36	0,77	0,92	1,01

Fonte: IBGE. Elaboração: Ipea.

composição, gerou a segunda maior contribuição aos administrados (0,10 p.p.), sendo seguida pelo item plano de saúde, com contribuição de 0,09 p.p. Vale lembrar, entretanto, que essa variação dos preços administrados foi suavizada, graças à mudança ocorrida em janeiro na classificação do álcool combustível, que deixou de ser considerado um item administrado e passou a fazer parte do grupo de produtos comercializáveis. Por outro lado, o incremento de 5,8% no preço do álcool, medido no IPCA-15 de fevereiro, inflacionou a taxa de variação dos preços comercializáveis, anulando os ganhos proporcionados pela queda nos preços dos alimentos. De fato, caso esse aumento do álcool não se verificasse, o subgrupo de bens comercializáveis registraria deflação de 0,11%. No caso dos preços não-comercializáveis, a aceleração de 0,23 p.p. em fevereiro, ante o registrado em janeiro, é resultado de um movimento de pressão de preços de serviços, como cursos, conserto de automóveis, aluguel e condomínio.

Na análise desagregada do IPCA-15 (Tabela 3.2), verifica-se que apenas os grupos transportes e educação, com contribuição conjunta de 0,50 p.p., explicam a variação total

TABELA 3.2
ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR
[variação mensal (%)]

	Variação				Impacto em p.p.	
	Nov./2005	Dez./2005	Jan. 2006		Fev./2006	Fev./2006
	IPCA	IPCA	IPCA-15	IPCA	IPCA-15	IPCA-15
Índice geral	0,55	0,36	0,51	0,59	0,52	0,52
1. Alimentação e bebidas	0,88	0,27	0,41	0,11	-0,40	-0,09
2. Habitação	0,64	0,42	0,10	-0,01	0,21	0,03
3. Artigos de residência	-0,47	0,36	0,31	0,60	0,31	0,02
4. Vestuário	0,85	1,58	0,84	0,03	-0,28	-0,02
5. Transportes	0,66	0,24	0,82	1,52	1,22	0,28
6. Saúde e cuidados pessoais	0,32	0,2	0,62	0,72	0,36	0,04
7. Despesas pessoais	0,61	0,45	0,64	0,94	0,34	0,03
8. Educação	-0,03	0,26	0,64	0,57	4,59	0,22
9. Comunicação	-0,05	0,03	0,03	0,03	0,04	0,00

Fonte: IBGE. Elaboração: Ipea.

do índice. A alta registrada nesses dois segmentos anulou os efeitos favoráveis originados da deflação dos grupos alimentação e bebidas, e vestuário. Se para os produtos do vestuário, a desaceleração dos preços no início do ano está ligada à sazonalidade — por conta de liquidações de verão —, o mesmo não se pode dizer dos alimentos. Em 2005, esse grupo apresentou alta de apenas 2,0% e se constituiu no principal fator de controle da inflação de preços livres. Com a incorporação dos dados do IPCA de janeiro, verifica-se que no acumulado em 12 meses o subgrupo alimentação no domicílio (com peso de 16,7% no IPCA) registrou deflação de 0,4% (Gráfico 3.2), com destaque para a forte depreciação nos preços de produtos importantes como cereais (-10,0%), carnes (-2,5%) e leites e derivados (-4,6%).

As medidas de núcleo da inflação, calculadas com base no IPCA-15, registraram, na média, aceleração em fevereiro (0,59%) quando comparadas a janeiro (0,53%). Esse aumento, entretanto, deve-se exclusivamente ao comportamento do núcleo por exclusão (Tabela 3.3), cuja variação de 0,94% se reduziria a 0,36%, caso fossem expurgados os reajustes do álcool e das mensalidades escolares. O núcleo por médias aparadas com suavização mostrou estabilidade, enquanto o núcleo Ipea, tanto para o IPCA-15 fechado, quanto para o subgrupo de preços livres, registrou queda.

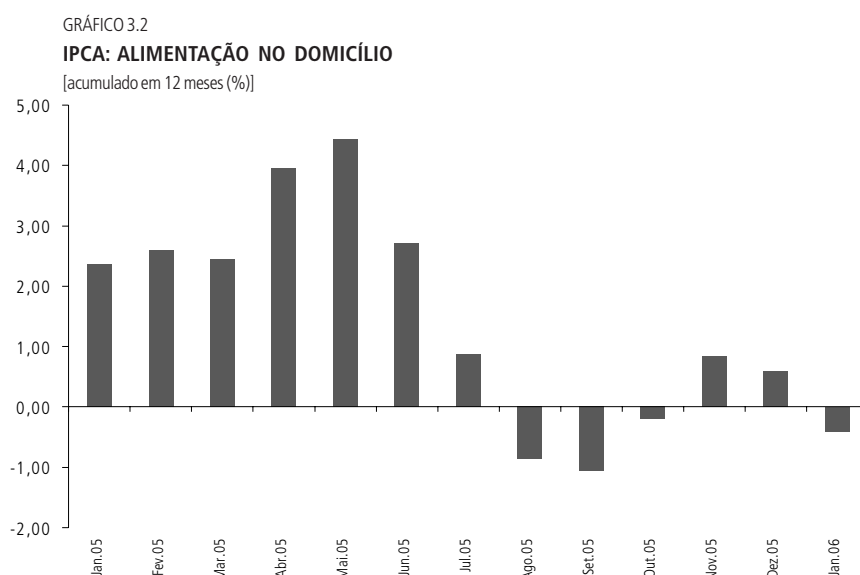


TABELA 3.3
IPCA: INDICADORES DE NÚCLEO DE INFLAÇÃO
 [variação média no trimestre (em %)]

	IV. trim. 2005		Jan./2006	
	IPCA	IPCA-15	IPCA	IPCA-15
Índice geral	0,55	0,51	0,59	0,52
Núcleo do Ipea	0,34	0,38	0,32	0,32
Médias aparadas ^a	0,51	0,52	0,61	0,51
Por exclusão	0,32	0,70	0,86	0,94
Média dos núcleos ^b	0,39	0,53	0,60	0,59
Núcleo preços livres	0,33	0,42	0,33	0,38

Fontes: IBGE e Ipea. Elaboração Ipea/GAC.

^a Com suavização.

^b Média aritmética do núcleo do Ipea, média aparada e exclusão.

Em janeiro, os demais índices de preços reproduziram o mesmo comportamento de alta do IPCA. No entanto, vale ressaltar que, além do álcool e de serviços pessoais, tanto o Índice de Preços ao Consumidor da Fipe (IPC-Fipe) quanto o Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S) foram pressionados também pelos reajustes do grupo educação, que, por questões metodológicas, só irão impactar o IPCA em fevereiro. No caso da Fipe, o grupo educação foi o responsável pela segunda maior contribuição dada ao índice (0,17 p.p.) ficando atrás somente do grupo transportes (0,18 p.p.). Na análise dos núcleos, verifica-se que a alta do índice fechado em janeiro (0,50%) refletiu-se em todas as medidas calculadas, que na média ficaram acima do obtido nos últimos meses de 2005 (Tabela 3.4). Para fevereiro, entretanto, as primeiras prévias de inflação no varejo já mostram uma expressiva reversão desse quadro de aceleração inflacionária, dado o esvaziamento dos efeitos decorrentes da alta de combustíveis e educação. De fato, o Índice Fipe registrou deflação de 0,08% na terceira quadrissemana do mês, influenciado pela queda de preços nos grupos alimentação (-0,51%), despesas pessoais (-0,75%) e vestuário (-1,0%).

Esse movimento de queda na inflação em fevereiro também está presente na análise do IPC-S. Após atingir alta de 0,74% no período compreendido entre 23 de dezembro e 22 de janeiro, esse indicador foi desacelerando ao longo das semanas seguintes e registrou variação de 0,10% no período compreendido entre 23 de janeiro e 22 de fevereiro. Assim como verificado no Índice Fipe, a combinação de deflação nos alimentos com arrefecimento dos efeitos dos reajustes de combustíveis e mensalidades escolares explica essa melhora de desempenho.

TABELA 3.4
FIFE: ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR
[variação mensal]

	Índice cheio				Indicadores de núcleo				
	Fipe	Preço livres			Preços administrados	Por exclusão	Médias aparadas ^a	Núcleo do Ipea	Média núcleos ^b
		Total	Comercial	Não-comercial					
Out. 05	0,63	0,41	0,61	0,18	1,38	0,37	0,53	0,57	0,49
Nov. 05	0,29	0,39	0,04	0,78	-0,05	0,27	0,36	0,17	0,27
Dez. 05	0,29	0,28	0,00	0,58	0,34	0,39	0,31	0,20	0,30
Jan. 06	0,50	0,58	0,12	1,11	0,25	0,92	0,46	0,46	0,61

Fontes: Fipe e Ipea.

^a Com suavização.

^b Média aritmética do núcleo do IPC apurado pelo Ipea, por média aparada e por exclusão.

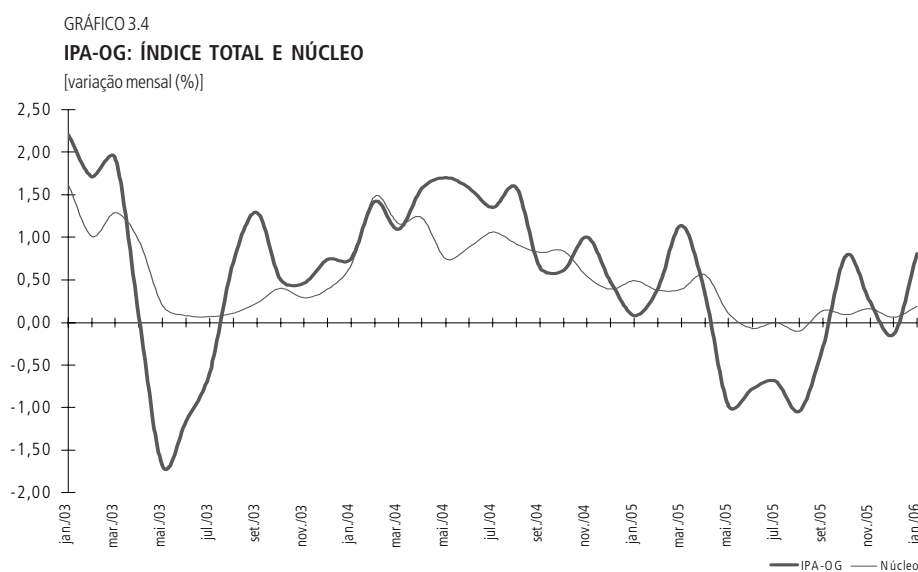
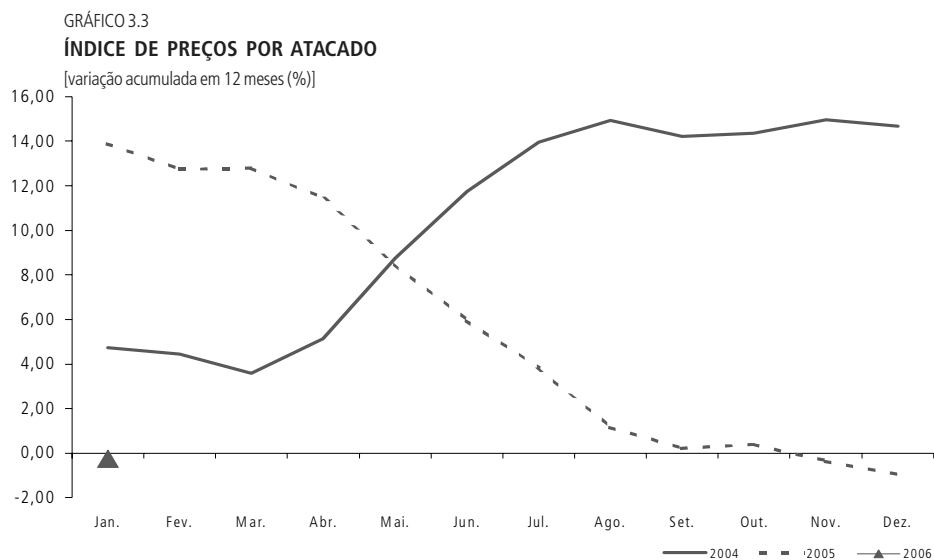
TABELA 3.5
ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR SEMANAL (IPC-S)
[variação mensal]

Classe de despesa	2006				
	22/Jan.	31/Jan.	07/Fev.	15/Fev.	22/Fev.
IPC-S	0,74	0,65	0,45	0,16	0,10
Alimentação	1,13	0,59	0,07	-0,36	-0,35
Educação	2,33	2,81	2,22	1,23	0,71
Transportes	1,36	1,42	1,61	1,17	1,15

Fontes: FGV. Elaboração: Ipea/Dimac.

Da mesma forma que os preços ao consumidor, os preços no atacado também desaceleraram ao longo de 2005, porém muito mais intensamente. Depois de fechar 2004 com alta de 14,7%, o Índice de Preços por Atacado (IPA) foi recuando ao longo dos meses, e registrou em dezembro de 2005 deflação de 0,96% (Gráfico 3.3). Esta expressiva queda no atacado, influenciada em grande parte pela valorização cambial, ocorreu tanto nos produtos agrícolas quanto nos industriais. No caso dos produtos agrícolas, os índices mostraram seis meses de deflações consecutivas entre abril e setembro, resultando numa taxa negativa de variação de preços no ano superior a 6%. Para os produtos industriais, apesar da alta de 0,88% em 2005, na margem, a sua contribuição à queda do IPA foi maior que a dos produtos agrícolas, dado que a forte apreciação das *commodities* metálicas ocorrida no último trimestre de 2004 fez com que esse grupo de produtos acumulasse uma alta de 19,5% em dezembro de 2004.

Esse processo de arrefecimento de preços no atacado também é facilmente verificado na análise do núcleo Ipea calculado para o Índice de Preços por Atacado — Oferta Global (IPA-OG) (Gráfico 3.4). Após desacelerarem durante o segundo quadrimestre de 2003, os núcleos mantiveram-se em patamar elevado durante o resto do ano e ao longo de 2004.



Entretanto, a partir de abril de 2005, inicia-se um ciclo de queda nos núcleos, cujo ápice se dá em junho de 2005, quando a série mostra o melhor resultado desde agosto de 1997.

Em janeiro, por conta da sazonalidade de alguns itens *in natura*, que influenciaram os preços agrícolas, e pela alta do álcool, inflacionando os preços industriais, os preços por atacado registraram alta de 0,81% ante deflação de 0,14% em dezembro. Com o esvaziamento dessas pressões pontuais, o IPA-M voltou a apresentar deflação de 0,06% em fevereiro, influenciada tanto pela queda nos preços agrícolas (-0,76% ante 2,09% em janeiro) quanto pela desaceleração dos preços industriais (0,16% contra 0,79% no mês anterior).

De maneira geral, o cenário de inflação projetado para 2006 é positivo, com expectativas de taxas bem próximas ao centro da meta (4,5%), o que constitui mais um passo importante rumo à consolidação do sistema de metas inflacionárias (Gráfico 3.4). A construção desse cenário favorável advém, em grande parte, da desaceleração dos preços administrados esperada para o ano. Após registrar alta de 9% no ano passado, essa taxa deve reduzir-se à metade em 2006, beneficiada principalmente pela conjunção de três fatores: queda nos IGPs em 2005, estabilidade no preço do petróleo e eleições. A forte queda registrada nos índices gerais de preços ocorrida em 2005, implicará reajustes menores de tarifas e serviços a eles indexados. Adicionalmente, a manutenção dos preços internacionais do petróleo entre US\$ 60 e US\$ 70, aliada ao bom comportamento da taxa de câmbio, anularia a necessidade de aumento de combustíveis em 2006 diante do reajuste promovido em setembro do ano passado. Finalmente, por se tratar de um ano de eleição, é provável que alguns reajustes de tarifas, como transporte público, não aconteçam ou sejam minimizados dado o custo político que acarretam.

Para os preços livres, a expectativa é de pequena aceleração em 2006, entretanto, sem se descolarem muito dos observados em 2005. No caso dos produtos comercializáveis, os alimentos devem continuar dando as maiores contribuições à baixa para esse grupo. A previsão de aumento da safra para este ano, a probabilidade baixa de algum evento climático semelhante à forte estiagem ocorrida no ano passado, e a expectativa de novo aumento na oferta de carnes, garantiriam as condições necessárias à estabilidade desse grupo. O maior

TABELA 3.6
ÍNDICE GERAL DE PREÇOS ENCADEADO
[variação mensal (%)]

Mês	Índice	Geral	IPA	IPA-agric.	IPA-industr.	IPC
Novembro	IGP-10	0,35	0,33	0,88	0,16	0,43
	IGP-M	0,40	0,40	0,99	0,21	0,46
	IGP-DI	0,33	0,24	0,62	0,13	0,57
Dezembro	IGP-10	0,06	-0,16	0,61	-0,41	0,53
	IGP-M	-0,01	-0,27	0,30	-0,45	0,52
	IGP-DI	0,07	-0,14	0,61	-0,37	0,46
Janeiro	IGP-10	0,84	1,03	2,32	0,63	0,59
	IGP-M	0,92	1,10	2,09	0,79	0,70
	IGP-DI	0,72	0,81	0,64	0,86	0,65
Fevereiro	IGP-10	0,17	0,09	-0,23	0,19	0,31
	IGP-M	0,01	-0,06	-0,76	0,16	0,11

Fonte: FGV. Elaboração: Ipea/GAC.

ponto de pressão inflacionária para os comercializáveis, ao longo do ano, deve vir do subgrupo de bens de consumo duráveis, como automóveis e eletrodomésticos, dada a maior elasticidade de sua demanda em relação à renda. O aumento dos rendimentos reais, em parte como reflexo do reajuste no salário mínimo, também pode ser apontado como determinante da continuidade da pressão esperada sobre o preço dos serviços, que, mais uma vez, deve manter-se em patamares acima dos demais preços livres da economia, assumindo o papel de foco inflacionário, outrora destinado aos preços monitorados.

